



A prestação de contas de governo está no cerne do sistema político adotado. Trata-se de uma das múltiplas vias de controle do poder político, em cujo âmbito participam diversas instituições, sob uma infinidade de regramentos esparsos, acerca de realidades fáticas muito variadas, que, em conjunto, concretizam uma (nem sempre bem compreendida) atividade constitucional relevante ao modelo republicano. Com uma abordagem interdisciplinar, esta obra explora essa temática, desanuviando dúvidas frequentes sobre a prestação das contas de governo.

DORIS DE MIRANDA COUTINHO

Prefácio
Ana Carla Bliacheriene

Apresentação
Ângela Issa Haonat

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. GESTÃO PÚBLICA. CIÊNCIAS POLÍTICAS.

Público-alvo/consumidores

Professores. Pesquisadores. Estudantes. Jornalistas. Prefeitos. Vereadores. Servidores públicos dos órgãos de controle externo (Tribunal de Contas e Poder Legislativo). Advogados. Contadores.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001732

C871p

Coutinho, Doris de Miranda

Prestação de contas de governo / Doris de Miranda Coutinho. – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

228p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0743-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito Financeiro. 3. Ciência Política. I. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COUTINHO, Doris de Miranda. *Prestação de contas de governo*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 228p. ISBN 978-85-450-0743-2.

DORIS DE MIRANDA COUTINHO

Conselheira no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Buenos Aires. Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins. Membro honorário do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB). Autora dos livros *O ovo da serpente: as razões que levaram à corrupção a se alastrar pelo Brasil* e *Direito Financeiro: travessia entre o passado e o futuro*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Ana Carla Bliacheriene	11
APRESENTAÇÃO	
Ângela Issa Haonat	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2	
<i>ACCOUNTABILITY</i> : RACIONALIZAÇÃO E CONTROLE DO PODER POLÍTICO	23
2.1 Teoria da separação de poderes	25
2.1.1 Estado absolutista: concentração de funções políticas	27
2.1.2 Bipartição orgânica em Locke	29
2.1.3 Tripartição orgânica em Montesquieu	33
2.1.4 Tripartição orgânica nos federalistas	39
2.2 Do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito	49
2.2.1 O protagonismo do Legislativo	50
2.2.2 O protagonismo do Executivo	55
2.2.3 O protagonismo do Controle	61
2.2.3.1 Governança e os novos paradigmas da administração pública	63
2.2.3.2 <i>Accountability</i> e o fortalecimento da responsabilidade pública	69
CAPÍTULO 3	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	83
3.1 Tipologia do controle quanto ao órgão controlador	86
3.1.1 Controle interno, em sentido amplo	86
3.1.2 Controle externo do Legislativo	89
3.1.3 Controle externo do Tribunal de Contas	93
3.1.3.1 Modelos de Instituições Superiores de Controle – ISC	93
3.1.3.2 Regime jurídico dos Tribunais de Contas na Constituição de 1988	105
3.1.4 Controle do Ministério Público	116
3.1.5 Controle das Procuradorias	118
3.1.6 Controle do Judiciário	120
3.1.7 Controle social ou popular	121
3.2 Tipologia do controle externo quanto ao momento	124
3.3 Tipologia do controle externo quanto ao objeto	125
CAPÍTULO 4	
PRESTAÇÃO DE CONTAS, TRAMITAÇÃO E JULGAMENTO	131
4.1 Dualidade das contas e dos regimes jurídicos de julgamento	136
4.1.1 Contas de governo	139
4.1.1.1 Função política	139
4.1.1.2 Função política exercida pelo Executivo	142
4.1.1.3 Políticas públicas e finanças públicas: exercício compartilhado de funções políticas	148
4.1.1.4 Retomada da perspectiva de longo prazo das finanças públicas	157
4.1.1.5 Dever de prestar as contas governamentais	164
4.1.1.5.1 Conteúdo das contas governamentais	165
4.1.1.5.2 Prazo para a prestação das contas governamentais	167
4.1.1.6 Regime jurídico de apreciação das contas governamentais	169
4.1.1.6.1 Apreciação	170
4.1.1.6.2 Parecer prévio: conceito	173
4.1.1.6.3 Características do parecer prévio	175

4.1.1.6.4	Prazo para apreciação.....	177
4.1.1.6.5	Oportunidade de reapreciação.....	179
4.1.1.7	Regime jurídico de julgamento das contas governamentais	181
4.1.1.7.1	Vinculatividade e o dever de fundamentação	182
4.1.1.7.2	Comissão de Orçamento e Finanças Públicas	187
4.1.1.7.3	Julgamento pelo plenário do Legislativo: quórum e prazo	190
4.1.2	Contas de gestão.....	193
4.1.2.1	Julgamento das contas de gestão	193
4.1.2.2	Julgamento das contas de gestão no caso em que os prefeitos atuaram como ordenadores de despesa	196
CAPÍTULO 5		
CONCLUSÃO		203
REFERÊNCIAS.....		219